Origem: PJ de Ipixuna do Pará

Assunto: Apurar suposta inexistência ou nulidade de contratos de empréstimos pessoais junto as instituições financeiras AGIBANK e CREFISA celebrados em nome de idosos no período de janeiro a março de 2019, bem como supostas práticas abusivas aos direitos dos consumidores consistentes dentre outras na aplicação de juros exorbitantes e negativa de fornecimento de vias contratuais pelas mencionadas instituições.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e pela DEVOLUÇÃO DOS AUTOS à Promotoria de Justiça de origem, onde deverão ser arquivados, sem necessidade de revisão por este Conselho Superior em observância à Súmula N.º 002/2017-CSMP/PA e ao Enunciado 18-CSMP/PA.

1.3.24. Processo nº 000037-082/2020

Requerente(s): Maria Madalena dos Santos, Antônio Vieira da Silva, Manoel Custódio da Silva, Ivanda Felizarda da Silva, Tereza de Jesus da Silva Cardoso

Requerido(s): BANCO C6 consignados, BANCO AGIBANK

Origem: PJ de Ipixuna do Pará

Assunto: Apurar suposta inexistência ou nulidade de contratos de empréstimos pessoais junto as instituições financeiras AGIBANK e CREFISA celebrados em nome de Maria Madalena dos Santos, Tereza de Jesus da Silva Cardoso, Ivanda Felizarda da Silva, Antônio Vieira da Silva e Manoel Custódio da Silva, no período de janeiro a março de 2019, bem como supostas práticas abusivas aos direitos dos consumidores consistentes na aplicação de juros exorbitantes e negativa de fornecimento de vias contratuais pelas mencionadas instituições.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e pela DEVOLUÇÃO DOS AUTOS à Promotoria de Justiça de origem, onde deverão ser arquivados, sem necessidade de revisão por este Conselho Superior em observância à Súmula N.º 002/2017-CSMP/PA e ao Enunciado 18-CSMP/PA.

1.3.25. Processo nº 000055-087/2022

Requerente(s): Geniclaudia Alves Monteiro Costa

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São João do Araguaia-PA

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Recurso em Notícia de Fato, contra a decisão de arquivamento promovida pela promotoria de origem, em razão de inconformismo da nacional Geniclaudia Alves Monteiro Costa, referente a sua lotação como auxiliar administrativo em escola localizada na Vila Ponta de Pedra, Município de São João do Araguaia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO, conforme art. 4º, inciso III da Resolução n.º 174/2017 CNMP.

1.3.26. Processo nº 009828-003/2022

Requerente(s): Tiago Nardelli Pinto Barbosa

Requerido(s): A Apurar

Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém

Assunto: Recurso em Notícia de Fato em que recorrentes se insurgem contra decisão de arquivamento emanada na Notícia de Fato 000232-125/2022, procedimento este que trata de impedimento de entrada dos recorrentes em locais que prestam serviço público em razão de exigência de apresentação de passaporte vacinal contra o covid-19.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO do Recurso em Notícia de Fato e no mérito pelo seu IMPROVIMENTO.

1.3.27. Processo nº 000486-383/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará - MPPA

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia

Origem: PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Verificar a lisura da contratação de serviços advocatícios pelo Município de São Geraldo do Araguaia durante os exercícios de 2016 e 2017.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com fundamento no art. 8º, VII, do Regimento Interno deste CSMP e art. 57, da LCE nº 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado n.º 03-CSMP.

1.3.28. Processo nº 000126-117/2022

Requerente(s): Renan Augusto Silva Meira

Requerido(s): Renata Aglae Biloia da Silva Meira

Origem: 2º PJ da Infância e Juventude

Assunto: Trata-se de atendimento ao público no qual o Sr. Cláudio Augusto de Azevedo Meira - domiciliado na Avenida Nazaré, 316 - denúncia a ex-cônjuge Renata Aglae Biloia da Silva Meira, domiciliada na Avenida Brás de Aguiar, 168, apartamento 1200 - por supostos atos de alienação parental e maus tratos praticados contra o filho infante de nove anos de idade.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO, conforme art. 4º, inciso III da Resolução n.º 174/2017 CNMP.

1.3.29. Processo nº 000666-122/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará - MPPA

Requerido(s): Gerson Cei Souza

Origem: PJ de Igarapé-Miri

Assunto: Apurar possível crime ambiental decorrente do descumprimento de ordem de embargo administrativo, praticado por Gerson Cei Souza, na Fazenda Campo Limpo.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com fundamento no artigo 27 da Resolução n.º 007-2019-CPJ e no artigo 10 da Resolução n.º 23/007-CNMP.

1.3.30. Processo nº 000281-151/2018

Requerente(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Requerido(s): Harissa Magalhães Favacho

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apuração de possível prática de ato de improbidade administra-

tiva cometida pela servidora temporária da SEDUC Sra. Harissa Magalhães Favacho.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com fundamento no art. 8º, VII, do Regimento Interno deste CSMP e art. 57, da LCE nº 057/2006.

1.3.31. Processo nº 056151-003/2021

Requerente(s): Pablianne Carneiro da Silva

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar supostas irregularidades ao pagamento por gratificação por titulação dos profissionais de apoio escolar mediadores da Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO do recurso contra o arquivamento da Notícia de Fato, e no tocante ao mérito, pelo NÃO PROVIMENTO do recurso, devendo ser mantido e HOMOLOGADO o ARQUIVAMENTO dos autos, conforme preleciona o Enunciado n.º 3 do CSMP.

Itens 1.3.1 a 1.3.31 votaram os seguintes Membros: Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (relatora), Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

1.4.1. Processo nº 000192-151/2017

Requerente(s): Raimundo Ivan Nascimento Costa, Paulo Sérgio Alves Magno, Sandra Regina de Souza Carneiro, Suzete Branco da Cunha, Shirley Lopes de Oliveira

Requerido(s): Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará (SUSIPE)

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar suposta prática ilegal de designação de Função Gratificada para servidor temporário, com base no art. 6º, da Lei 5.810/94 e nos artigos 33 e 34 da Lei 8.322/2015, que trata da reestruturação do Sistema Penitenciário no Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 27, §3º, II da Resolução n.º 007/2019-CPJ, devendo os autos serem remetidos a outro membro do Ministério Público.

1.4.2. Processo nº 006420-131/2019

Requerente(s): 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca Distrital de Icoaraci

Requerido(s): AA - Autoridade Policial

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível conduta de improbidade administrativa por parte da autoridade policial que, injustificadamente, deixou de cumprir diligências investigativas, relativas ao auto de apuração de ato infracional envolvendo o adolescente J.R.S.A.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.3. Processo nº 000336-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marabá - Prefeitura Municipal, Estre Spi Ambiental

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de empresa para coleta de resíduos, configurando, em tese, mal barateamento e danos ao erário.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.4. Processo nº 000466-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Maria Nilva Burjack Barcelos, Martha Elenice da Cunha, Estefania Nunes de Souza

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar irregularidades no desempenho de funções, descumprimento de carga horária, recebimento indevido de benefícios por servidores em Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento e conversão do julgamento para a realização de diligências devendo OS AUTOS SEREM REMETIDOS AO MESMO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 007/2019-CPJ, art. 27, §3º, item I.

1.4.5. Processo nº 001203-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá (SMS)

Origem: 11º de Marabá

Assunto: Apurar indícios de irregularidades supostamente ocorridas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, referente a contratação irregular de fisioterapeuta para atuarem no referido Órgão.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com fundamento no art. 17-B, Lei n.º 14.230/2021, nos seguintes termos: necessidade de homologação judicial.

1.4.6. Processo nº 001507-143/2019